

## **ACESSIBILIDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL: Estudo de Caso na Cidade de Bataguassu (MS)**

**Cauana Marya Gonçalves Silva**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Keytti Mychelli Rodrigues**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo,  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Lennon Gomes**

Arquiteto e Urbanista – UNOESTE;  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Rafael Willian de Souza e Silva**

Arquiteto e Urbanista – UNOESTE;  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Jéssica Rodrigues Alves**

Arquiteta e Urbanista – UniSAL;  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

### **RESUMO**

Projetos habitacionais de interesse social apresentam áreas reduzidas (metragens quadradas) devido aos custos da construção civil. Tendo o custo como ponto de interesse na concepção do projeto de Habitação de Interesse Social e o acesso à moradia como parte integrante da Política Nacional da Habitação, necessita-se atualmente desenvolver projetos adaptados, por questões de acessibilidade aos usuários com mobilidade reduzida. Foi realizada uma análise de caso de Habitação de Interesse Social na cidade de Bataguassu/MS. Sendo assim, este trabalho relaciona a produção da habitação na cidade anteriormente citada confrontando-a com a norma NBR 9050/2015.

**PALAVRAS-CHAVES:** acessibilidade; habitação de interesse social; produção habitacional.

## **1 INTRODUÇÃO**

Em um contexto social onde é importante citar que cerca de 50% dos portadores de deficiência situam-se na faixa de renda mais baixa, ou seja, menos do que três salários mínimos, a Política Nacional da Habitação apresenta diretrizes do acesso e dignidade da vida humana em habitações, porém, não garantem o direito de ir e vir, e/ou acesso e muito menos, atender as reais necessidades dos futuros moradores.

Apesar disso, verifica-se que a grande maioria dos conjuntos habitacionais projetados para abrigar as classes economicamente menos favorecidas geralmente

não tem incluído a acessibilidade como requisito mínimo de projeto.

Os problemas no sistema da Habitação de Interesse Social iniciam-se nos programas de financiamento que privilegiam somente os custos da construção (déficit habitacional), e não os custos totais para a família ao longo do ciclo de vida da habitação. O predomínio do fator econômico sobre o técnico e o socioeconômico determina a contenção de despesas mediante a simplificação da habitação, seja ela pela redução no dimensionamento dos ambientes ou pelo uso de materiais e processos construtivos com desempenho deficiente, o que implica no padrão de acabamento, conforto e acessibilidade.

O trabalho tem como principal objetivo facilitar o acesso e locomoção de pessoas com deficiências ou dificuldade de locomoção, incentivando o desenho universal.

### **1.1 Acessibilidade às Pessoas**

As diretrizes de acessibilidade analisadas neste trabalho foram divididas em três classes (necessidades físicas; informativas e sociais). Visando para cada tipo de necessidades os itens que devem receber atenção especial.

Necessidades físicas são aquelas que visam à saúde física e níveis de conforto, onde devem garantir o deslocamento do indivíduo através do espaço e o seu uso seguro e eficiente. Devem-se deixar áreas livres para circulação eliminando barreiras e obstáculos, principalmente nas áreas de uso mais intenso e específico, como banheiro, sala e cozinha. As necessidades físicas foram divididas nos seguintes itens que necessitam ser observados: acessos e circulação, mobiliário, relação interior versus exterior, segurança, ajuda prótica, e promoção da independência (SANTOS; SCHMITZ; RIBAS, 2005).

Necessidades informativas estão relacionadas à intuição do usuário. A intuição contribui para receber informação do ambiente por meio dos órgãos dos sentidos (visão, audição, tato e paladar-olfato). As necessidades informativas estão unidas à familiarização e à apropriação do espaço da moradia. Estas foram divididas em dois itens (estímulos sensoriais de percepção e estímulos sensoriais de cognição) (SANTOS; SCHMITZ; RIBAS, 2005).

Necessidades sociais estão unidas à interação social do indivíduo com o ambiente, com outros indivíduos e com a comunidade. Estas necessidades estão divididas em três itens (privacidade, ambiente e integração social) (SANTOS;

SCHMITZ; RIBAS, 2005).

### 1.1.1 Necessidade Física

Diante das diversas especificações da norma NBR 9050/2015 (ABNT, 2015), levantamos questionamentos que direcionaram a pesquisa no estudo de caso (discutido a seguir) em relação à acessibilidade nas edificações de interesse social, sendo as mesmas, (1) o acesso à habitação é feito em nível, através de degraus ou por meio de rampa acessível?; (2) existe largura suficiente (mínimo de 0,80 m) para a passagem de uma cadeira de rodas por obstáculos ou portas?; (3) as áreas de circulação estão livres de barreiras e obstáculos e apresentam superfície regular e firme sob qualquer condição climática?; (4) existem desníveis no piso referentes às juntas de dilatação ou grelhas que possam reter as rodas da cadeira de rodas?; (5) existem dimensões suficientes para garantir os deslocamentos em linha reta e as manobras de rotação da cadeira de rodas?; (6) o mobiliário permite o livre acesso e circulação, além de apresentar locais em que é possível fazer o giro completo da cadeira de rodas? e (7) a mobília é estável e pode se necessário, ser facilmente deslocada para a passagem da cadeira de rodas?

As problemáticas tratadas deste trabalho são (1) se tratando das necessidades informativas (existem esquemas de iluminação natural o artificial para maximizar a percepção, destacando áreas e facilitando a leitura de elementos do espaço da habitação?; (2) Além destes, as necessidades sociais nos questionam se existe a diferenciação dos espaços íntimos, sociais, de serviço e aqueles para a realização de atividades profissionais ou lazer?; (3) foram utilizadas cores primárias, tons vivos ou contrastes para fazer a distinção dos espaços internos da habitação para aumentar a percepção e apropriação destes? e (4) em relação ao mobiliário, estes nos direcionam aos questionamentos, pois falar de acessibilidade em habitações de interesse social não é somente falar sobre pessoas com necessidades especiais, mas também em relação ao mobiliário, esse assunto deve ser muito pensado e analisado pelos profissionais que são responsáveis por habitações de interesse social, pois não devemos simplesmente pensar em oferecer uma moradia, mas devemos oferecer uma moradia com qualidade, uma moradia que lhes tragam o conforto e atendam às necessidades de cada tipo de morador.

Perguntas que devem ser feitas ao projetar uma habitação de interesse social são (i) os ambientes possuem medidas que correspondem ao mobiliário

encontrado no mercado?; (ii) o mobiliário passara tranquilamente pelas aberturas? e (iii) os ambientes têm capacidade para os mobiliários necessários?

## **1.2 Habitação de Interesse Social**

A Habitação de Interesse Social (HIS) não nasceu como política pública acabada foi sendo transformada pelo Ministério das Cidades e respaldada politicamente pelo Conselho Nacional das Cidades e ao longo das quatro Conferências das Cidades sendo essas Conferências em escalas Nacional, Estadual e Municipal. Na realidade a HIS foi um conjunto de ações para o tratamento da questão habitacional em nível nacional que consolidou um marco regulatório importante no país, entre quais estão a Política Nacional de Habitação; a Lei Federal que instituiu o Sistema Nacional de Habitação e o Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Tal legislação carimbou a política urbana brasileira com seu rótulo IS de “interesse social”.

O Programa Minha Casa, Minha Vida veio com o objetivo de reduzir o déficit habitacional, incentivando a produção e aquisição de novas unidades de habitações (BUONFIGLIO, 2018).

## **1.3 Política Nacional de Habitação Social**

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social surgiu de um projeto de lei onde a iniciativa foi popular a apresentação ao Congresso Nacional foi no ano de 1992, com mais de um milhão de assinaturas. O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social foi um dos quatro projetos de iniciativa popular que se tornou lei depois da Constituição de 1988, onde foi reservado ao povo brasileiro o direito de propor novas leis (FERREIRA et al., 2019).

Esse projeto teve como objetivo de criar um fundo público para o atendimento das demandas por moradia popular.

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi instituído em 2009, por meio da medida provisória tendo em parceria com o setor imobiliário e o setor da construção civil. Teve como objetivo criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento famílias com renda de até dez salários mínimos, após o governo federal lançar o Programa Minha Casa, Minha Vida foi anunciado à construção de um milhão de casas, com investimento de R\$ 34 bilhões (FERREIRA et al., 2019).

Estabelecendo um patamar de contribuição direto, de acordo com a renda

familiar, esse programa buscou impactar a economia por meio de efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção. Além das contribuições, buscava aumentar o volume de crédito para aquisição e produção de moradias, ao mesmo tempo em que reduzia os juros com a criação do Fundo Garantidor da Habitação (FERREIRA et al., 2019).

Semelhanças e diferenças entre os programas acima citados são que em relação ao direito da moradia no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social o acesso é para a população de menor renda, já no Programa Minha Casa Minha Vida o acesso é para famílias com rendas de até dez salários mínimos. Em relação às contribuições tanto no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social quanto no Programa Minha Casa Minha Vida são previstos contribuições. A localização no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social possui áreas inseridas na malha urbana e no Programa Minha Casa Minha Vida são em terrenos na malha urbana ou em áreas de expansão. Em questões federativas o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social é descentralizado no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municipal e no Programa Minha Casa Minha Vida é concentrado no âmbito da União. A participação e controle social possui previsão de conselho nacional, estadual e municipal no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, já no Programa Minha Casa Minha Vida não está previsto em lei. O financiamento do desenvolvimento urbano possui modelo descentralizado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e modelo centralizado no Programa Minha Casa Minha Vida. A regularização fundiária no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, os recursos são destinados a ações de regularização fundiária, no Programa Minha Casa Minha Vida foi eliminado da lei o capítulo que tratava de regularização fundiária (FERREIRA et al., 2019).

## **2 OBJETIVOS**

Partindo para o objetivo principal deste estudo, buscamos apontar que é possível constituir um projeto de Habitação de Interesse Social com acessibilidade por meio de estudos de propostas projetuais arquitetônicas através de modificações no projeto produzido atualmente, analisando estudo de caso na cidade de Bataguassu/MS.

### 3 MATERIAL E METODOS

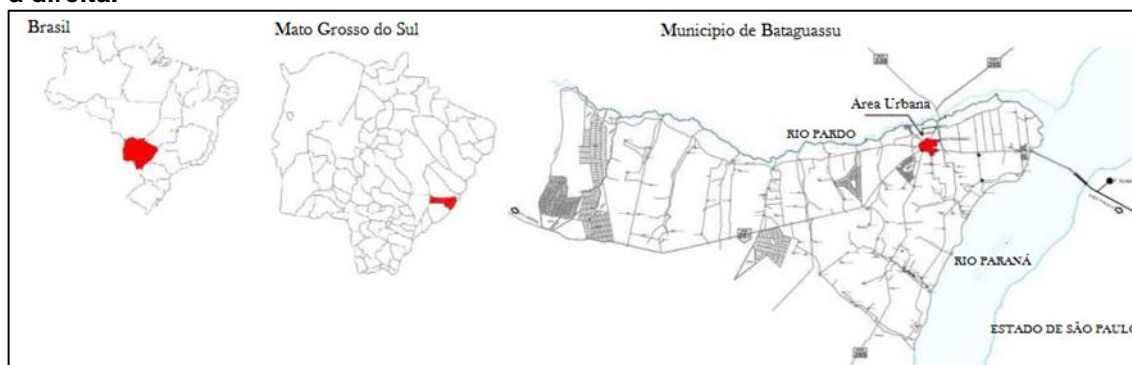
A pesquisa se mostra exploratória no viés da busca conceitual do tema para melhor compreensão e atualização pertinente sobre a temática para que assim, possamos realizar um estudo direcionado a acessibilidade em Habitações de Interesse Social na Cidade de Bataguassu-MS.

A partir destes levantamentos, partimos para a fase prática das análises diante de várias necessidades direcionadas pela NBR 9050/2015 (ABNT, 2015), enfatizemos a necessidade do cadeirante como direcionador em todo o projeto da edificação, pois devem ser observadas as medidas necessárias, assim como as necessidades do cadeirante e da cadeira para seus deslocamentos, alcance de portas, janelas, armários, bancadas, acionamento de dispositivos, etc., para que as condições mínimas de independência e conforto sejam atendidas pelo projeto do espaço edificado. A NBR 9050/2015 (ABNT, 2015), estabelece os critérios mínimos de acessibilidade, como acessos, circulações e adaptação dos sanitários para assegurar o seu uso pelo cadeirante. Portanto, um estudo de caso nos direcionará a partir das análises feitas no projeto, quais pontos devem ser repensados/reformulados para que assim, se consiga proporcionar a acessibilidade neste tipo de habitação.

### 4 RESULTADOS

O município de Bataguassu encontra-se a sudeste do estado de Mato Grosso do Sul, localizada às margens do Rio Paraná e do Rio Pardo, na fronteira com o estado de São Paulo (Figura 1).

**Figura 1. Localização do Brasil, Mato Grosso do Sul e de Bataguassu, da esquerda para a direita.**



**Fonte:** Extraído de Secretaria de Obras de Bataguassu (MS), editado por Flórian Alonso, 2018.

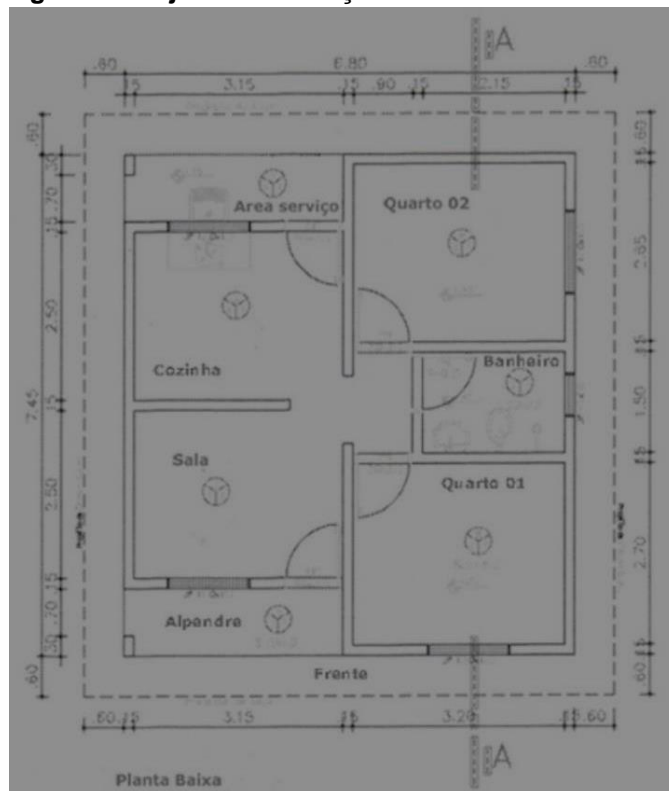
As habitações de interesse social possuem a metragem em média 42-45 m<sup>2</sup>, sendo divididos geralmente dois quartos, banheiro e cozinha americana (integrada a sala de estar). Grande parte das habitações do município é disponibilizada para a população com o alicerce (fundação) finalizado (Figura 2), sendo assim, deve-se seguir o projeto de acordo a viga baldrame que direciona o fechamento das paredes, esse é um projeto do Programa Lote Urbanizado, onde entra em parceria o município, que oferece o terreno e a assistência técnica, o governo do estado constrói a base e o morador da continuidade a construção e finaliza a residência.

**Figura 2. Habitações de interesse social com alicerce.**



**Fonte:** Adaptado de <https://www.girodoestadoms.com.br/noticia/1985/bataguassu-lote-urbanizado-beneficia-25-familias-em-nova-porto-xv>.

**Figura 3. Projeto de habitação de interesse social.**

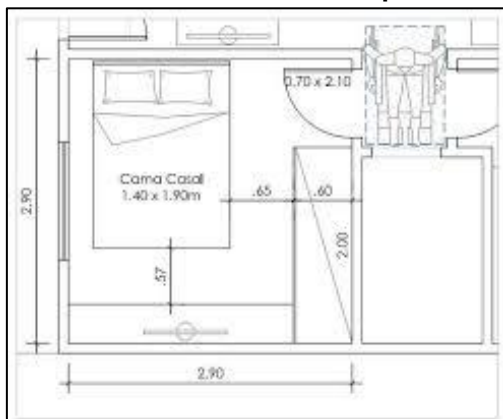


**Fonte:** Extraído de Prefeitura Municipal de Bataguassu, Marcio Romanini, 2018.

Os ambientes são extremamente pequenos, o que dificulta aos proprietários encontrarem mobiliário adequado, pois os mobiliários encontrados nos comércios de móveis e eletrodomésticos geralmente são de tamanhos e medidas padronizadas, que dificilmente se encaixam nos padrões de habitações de interesse social, mobiliários como armários e guarda-roupas (que possuem maior dimensão e são dispostos nos quartos) se tornam problemas para se adequarem as medidas que o imóvel permite, na maioria dos casos exigem móveis planejados, o que está fora da realidade do público deste tipo de empreendimento, pela realidade socioeconômica. Observando o projeto, pode-se perceber que o mobiliário possui medidas mínimas (Figura 3). Como os espaços dos ambientes são pequenos quando mobiliado o cadeirante não consegue circular com facilidade.

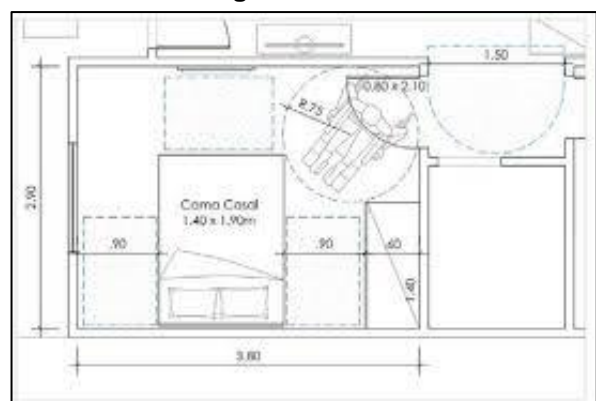
Há projetos com 70 cm nas portas e aberturas, onde o cadeirante não consegue livre acesso (Figura 4), dificultando totalmente a locomoção do mesmo.

**Figura 4. Acessibilidade limitada por aberturas onde a cadeira não passa.**



**Fonte:** Extraído de <httppdf.blucher.com.br.s3.amazonaws.com/designproceedings15ergodesign67-E142.pdf>.

**Figura 5. Aberturas de 80 cm onde o cadeirante consegue transitar**



**Fonte:** Extraído de <httppdf.blucher.com.br.s3.amazonaws.com/designproceedings15ergodesign67-E142.pdf>.

Precisamos pensar em uma arquitetura universal ao projetar (Figura 5), se mudarmos algumas coisas no projeto (em relação à Figura 4) podemos deixar o ambiente acessível e confortável para os usuários que possuem algum tipo de deficiência.

As aberturas de portas em sua maioria são de 0,80 cm, o que dificulta a passagem de uma cadeira de rodas, ou até mesmo do mobiliário.

Em alguns casos as habitações não possuem calçadas (Figura 6) e pavimentos internos, ficando na terra exposta.

**Figura 6. Habitação de interesse social construída, sem calçada.**



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Os acessos à habitação devem ser feitos através de rampas acessíveis para a utilização com cadeira de rodas, que dificilmente ocorre nesses casos, pois nas habitações de interesse social de Bataguassu os acessos são feitos por rampas somente nas esquinas das calçadas (Figuras 7 e 8).

**Figura 7. Habitação de Interesse Social concluídas, contendo rampas para cadeirantes somente nas esquinas das calçadas.**



**Fonte:** Extraído de <http://www.ms.gov.br/reinaldo-azambuja-entrega-casas-e-assina-ordem-de-servico-em-bataguassu/> Chico Ribeiro, 2017.

**Figura 8. Habitação de Interesse Social, sem acesso para cadeirantes.**



**Fonte:** Extraído de <http://www.ms.gov.br/reinaldo-azambuja-entrega-casas-e-assina-ordem-de-servico-em-bataguassu/> Chico Ribeiro, 2017.

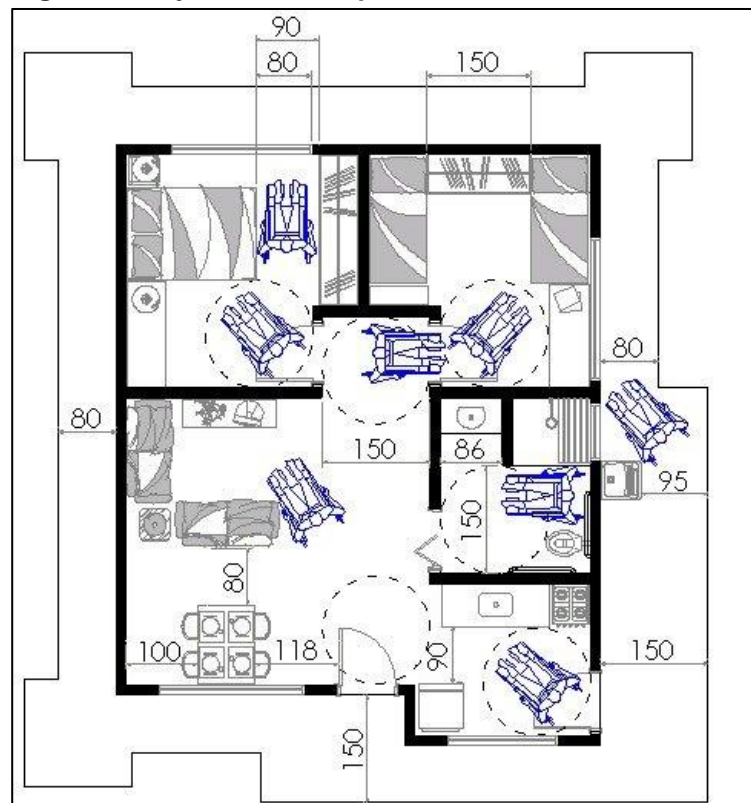
## 5 CONCLUSÕES

Os projetos de Habitação Social devem ser feitos pensando na acessibilidade como foco principal, tamanhos adequados dos ambientes e aberturas são essenciais para garantir o direito à moradia por parte dessas pessoas.

As aberturas de acessos principais devem possuir no mínimo 0,90 m, para que o cadeirante possa transitar sem dificuldades, sendo o ideal ter 1,00 m de vão livre das aberturas.

Possuir espaços para que cadeirantes possam circular pelos ambientes sem que o mobiliário atrapalhe, manter a altura sempre acessível ao alcance da mão, ambientes mais espaçosos, devem ser constituídos a partir de medidas estabelecidas por normas e assim, ser seguidas para garantir a ergonomia dos habitantes deste tipo de moradia.

**Figura 9. Projeto acessível para cadeirantes.**



**Fonte:** Extraído de Proposta-mínima-de-acessibilidade-para-o-estudo-de-caso, 2005.

Os banheiros devem ter os apoios (barras) em casos especiais, devem ter espaço o suficiente para o cadeirante poder transitar sem esbarrar em moveis, conseguindo espaço para conseguir fazer o “giro” com a cadeira, as passagem

devem ser livre (Figura 9).

A necessidade de rampas, é essencial para facilitar o trajeto dos cadeirantes, é um dos elementos que devem ser implantados em habitações de interesse social, para facilitar a vida e o dia a dia de pessoas PCD's.

## REFERÊNCIAS

BUONFIGLIO L. V. Habitação de Interesse Social. 2017. 14 f. Dissertação – FURG, Rio Grande, 2017.

DRUMOND A. M.; RODRIGUES L. P. D. Análise do *policy cycle* da política nacional de habitação de interesse social: contribuições de gestores municipais de habitação em Minas Gerais. 2019. 13 f. Dissertação (Doutorado) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET), Valença, 2019.

FERREIRA G. G. et al. Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. 2018. 12 f. Artigo Científico (Doutorado) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2018.

MERIQUE F. G. A.; VIEIRA M. P. A. Habitação social em Bataguassu – MS: Análises e Diretrizes. 2018. 47 f. Dissertação - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2018.

SODRÉ E. S. R.; RAPOSO M.; BRAIDA F. Acessibilidade no ambiente residencial: um estudo de caso em um conjunto habitacional para população de média e baixa rendas em juiz de fora. – Universidade de Juiz de Fora, 2015.

TABBAL L. et al. Acessibilidade e qualidade de vida na habitação de interesse social: avaliação das unidades habitacionais acessíveis do DEMHAB em Porto Alegre. 2014. 158 f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Paulo, 2014.

VILLAROUCO, F. A acessibilidade em projetos habitacionais de interesse social: uma experiência de ensino no curso técnico de edificações do IFBA. Feira de Santana, 2014.